

Vereadores se manifestam contra a cobrança da iluminação pública

Prefeito Kadu propõe cobrança na conta de luz, mas a tendência é de rejeição na Câmara

MONTENEGRO – Foi lido na última sessão da Câmara e agora está sendo analisado pelos vereadores o projeto encaminhado pela Prefeitura propondo a cobrança de iluminação pública na conta da luz.

A contribuição de iluminação pública (CIP) já teve projetos apresentados em anos anteriores, o que sempre causou polêmica e resistência, acabando por ser rejeitado. Conforme a proposta da Prefeitura, cada contribuinte deverá pagar na conta da luz um adicional mensal de 1,64 URMs, o que equivale a R\$ 5,40. Estarão isentos do pagamento da CIP as unidades que não ultrapassarem o consumo de 30 KWh/mês, o que corresponde a cerca de 1.600 ligações de luz.

A justificativa do prefeito Kadu Müller, para o encaminhamento do projeto, é de que a iluminação das ruas e demais espaços públicos, como praças e parques, custa aos cofres públicos cerca de R\$ 125 mil por mês. Se houver a contribuição de iluminação pública, como já ocorre em outros municípios, à alegação é de que a Prefeitura poderá ter recursos para investir em algumas melhorias.

Assessor especial da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos, Bruno Zietlow destaca que o município conta atualmente com cerca de 15 mil lâmpadas na iluminação de ruas e também de espaços públicos como o Parque Centenário, Estação, cais do porto, praças e outros locais, o que gera um custo anual de



Na reunião da CGP ontem na Câmara todos os vereadores foram contra a cobrança, mas o projeto ainda será votado amanhã

cerca de R\$ 1,5 milhão. "Mais de cem lâmpadas são trocadas por semana", diz. Com a CIP, cita que poderá ser paga a iluminação pública e ampliar serviços. "Hoje estamos sem recursos para investir no setor elétrico", lamenta. Com a contribuição, destaca que poderia ser oferecida uma iluminação de melhor qualidade, inclusive de lâmpadas led, que são mais econômicas. "Entre os 42 municípios da nossa área de abrangência da RGE Sul, em apenas 9 não é cobrada a iluminação pública dos usuários", afirma.

Vereadores contra

O projeto de cobrança da iluminação pública na conta da luz foi analisado na manhã de ontem, terça-feira, na Comissão Geral de Pareceres (CGP). E acabou sendo rejeitado por unanimidade na CGP, por 4 a 0. Mesmo assim ainda será votado em plenário amanhã, quinta-feira, na última sessão do ano, a partir das 19h.

Mesmo que o prefeito Kadu venha tendo uma boa relação com os vereadores, a tendência é de que novamente o projeto seja rejeitado. E o veto pode ser por unanimidade.

O Fato Novo fez contato com 9 dos dez vereadores e todos se manifestaram contrários, entendendo que não se deve onerar ainda mais os contribuintes. Apenas a vereadora Rose Almeida (PSB) não deu retorno, mas como nas ocasiões anteriores também votou contra, se repetir o ato deverá ter unanimidade na rejeição da contribuição de iluminação pública.

A reportagem tentou contato com o prefeito Kadu Müller para saber a sua manifestação sobre a posição contrária dos vereadores, mas ele informou que estava em reunião de secretários e não poderia falar, prometendo se manifestar posteriormente.

guilherme.fatonovo@gmail.com